ROSA, CORREIA & ASSOCIADOS
AUDITORES | CONSULTORES

DOCAPESCA – PORTOS E LOTAS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2015

Praxity
GLOBAL ALLIANCE OF INDEPENDENT FIRMS

ROSA, CORREIA & ASSOCIADOS
AUDITORES | CONSULTORES

WWW.RCA.AC

LISBOA
AV.ª DUQUE D'ÁVILA, 185, 5º
1050-082 LISBOA
PORTUGAL

PORTO
AV.ª DA BOAVISTA, 1167, 5º, SALA 5.3
4100-130 PORTO
PORTUGAL

T.(+351) 217 520 250
F.(+351) 217 520 259
E.RCA.GERAL@RCA.AC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Introdução

1. As competências do Fiscal Único resultam (i) da conjugação do disposto no artigo 16º dos Estatutos e do nº 1 do artigo 420º, do Código das Sociedades Comerciais (CSC), por força do nº2 do artigo 60º, do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE) aprovado pelo Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro; ii) do disposto no nº2 do artigo 54º, do RJSPE no que se refere à verificação do cumprimento relativamente aos relatórios de boas práticas de governo societário da DOCAPESCA – PORTOS E LOTAS, S.A. (DOCAPESCA).

2. Através da Assembleia Geral de 2 de junho de 2015 foi deliberada a nossa nomeação como Fiscal Único para o triénio de 2015-2017.

3. Descrevem-se neste relatório as principais atividades por nós desenvolvidas no âmbito da nossa ação fiscalizadora relativa ao ano de 2015 e a apreciação dos documentos de prestação de contas relativos ao período anual findo em 31-12-2015.

Atividade desenvolvida

4. No desempenho das nossas funções relativamente ao exercício de 2015, desenvolvemos as seguintes atividades:

a) Acompanhámos a atividade da DOCAPESCA, através da participação em reuniões com a Administração e outros responsáveis, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;

b) Verificámos o cumprimento das disposições referidas nos Estatutos e, em geral, das regras aplicáveis à Empresa;

c) Procedemos à análise e relato trimestral sobre os controlos efetuados, anomalias detetadas, desvios em relação aos orçamentos e seguimento das orientações tutelares. Dado que fomos nomeados em 2 de junho de 2015, o primeiro relatório por nós emitido respeitou ao 1º semestre de 2015;

d) Tomámos conhecimento das ações desenvolvidas pela Auditoria Interna e dos relatórios emitidos e acompanhámos o processo da auditoria externa;

e) Analisámos os Instrumentos Previsionais de Gestão para 2016 e emitimos o correspondente parecer em 27 de outubro de 2015;

f) Acompanhámos o processo de preparação dos documentos de prestação de contas, que inclui o Relatório de Gestão, o Relatório de Governo Societário e as Demonstrações financeiras, assim como os trabalhos de auditoria desenvolvidos pelos auditores externos relativos ao exercício de 2015;

g) Analisámos os sistemas de controlo e de monitorização das operações e atividade da Empresa, com vista à determinação do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria a realizar, tendo sido efetuados os testes de controlo considerados apropriados;

h) Realizámos testes de validação de saldos, transações e outras informações na extensão e profundidade que considerámos adequadas em função do significado dos valores envolvidos;

i) Em 21 de outubro de 2015, tomámos conhecimento da renúncia do Dr. José Apolinário Nunes Portada, do cargo de Presidente do Conselho de Administração. Até à presente data o Conselho de Administração tem apenas dois vogais o que contraria o disposto no Artigo 10º dos Estatutos da DOCAPESCA.

Apreciação do relatório de gestão

5. O relatório apresentado pelo Conselho de Administração cumpre com os requisitos legais estabelecidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Apreciação do relatório de boas práticas de governo societário

6. O relatório em causa apresentado pelo Conselho de Administração divulga: i) sumário executivo; ii) a missão, objetivos e políticas da Empresa; iii) estrutura de capital iv) informação sobre participações sociais e obrigações detidas; v) informação sobre os órgãos sociais e o modelo de governo adotado, assim como da estrutura funcional e dos auditores externos; vi) apresentação da organização interna da Empresa e dos aspetos essenciais do controlo interno e da gestão de riscos, regulamentos e códigos, assim como deveres especiais de informação; vii) informação sobre remunerações; viii) informação sobre transações com partes relacionadas e outras; ix) análise da sustentabilidade da entidade nos domínios económicos, social e ambiental; x) informação sobre a avaliação do governo societário.

7. Procedemos à análise do referido relatório, concluindo que o mesmo cumpre com os requisitos legais estabelecidos, incluindo as orientações administrativas aplicáveis.

Apreciação das demonstrações financeiras

8. As demonstrações financeiras apresentadas integram: (i) o balanço individual, (ii) a demonstração individual dos resultados por naturezas, (iii) a demonstração individual das alterações no capital próprio, (iv) a demonstração individual dos fluxos de caixa e (v) o anexo às demonstrações financeiras.

9. A Certificação Legal das Contas evidencia duas reservas por limitação de âmbito, uma sobre o processo de integração do IPTM que ainda se encontra em curso, e a outra sobre a constituição de provisões para fazer face a responsabilidades assumidas com a execução futura de uma dragagem no porto de Aveiro no montante de 950.000 EUR e com o pagamento de Imposto Municipal sobre Imóveis em cerca de 183.000 EUR.

10. As demonstrações financeiras foram também sujeitas a auditoria externa, evidenciando o respetivo Relatório de Auditoria as mesmas duas reservas por limitação de âmbito acima referidas.

11. Consideramos que os documentos apresentados pelo Conselho de Administração satisfazem os requisitos formais do relato financeiro definidos para as sociedades em geral.

Apreciação da proposta de aplicação dos resultados

12. A proposta de aplicação dos resultados do exercício incluída no ponto 3 do Relatório de Gestão cumpre com o disposto no artigo 18º dos Estatutos, sendo 10% para reserva geral e o remanescente para resultados transitados.

Aspetos sobre o desempenho

13. As vendas totalizaram, no período em análise, 2.515.093 EUR, o que está 4,9% abaixo do período homólogo do ano anterior, sendo 1.371.392 EUR referentes a gelo (1.146.611 EUR em 2014), 1.061.516 EUR (1.329.253 EUR em 2014) a combustíveis e 82.185 EUR a mercadorias (169.402 EUR em 2014).

14. O comportamento dos Serviços Prestados no período, cujo total foi de 23.451.849 EUR, está 11,47% acima do real ocorrido no mesmo período do ano anterior (2.412.803 EUR), sendo este crescimento basicamente explicado pela integração das competências transferidas do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM).

15. No exercício de 2015 os gastos totais com o pessoal mostram-se superiores aos registados em 2014 em 4,9%. Esta variação é basicamente explicada, por um lado, pelo aumento das remunerações do pessoal em 9,8% (779.090 EUR) resultante da integração de 57 trabalhadores provenientes do IPTM em regime de acordo de cedência de interesse público (devidamente autorizado pela Tutela) e, por outro lado, pela redução dos gastos com benefícios pós-emprego em 269,1% (392.119 EUR). A 31 de dezembro de 2015 o número de efetivos é de 487, sendo no período homólogo de 488.

16. Os fornecimentos e serviços externos registam, relativamente a 2014, um aumento de 16,5%. Estas variações estão relacionadas com a integração de competências anteriormente exercidas pelo IPTM.

Cumprimento das orientações legais e tutelares

Objetivos de gestão

17. Apesar de existirem contratos de gestão para 2015, estes não se encontram aprovados pela Tutela. Nestes termos consideramos não estarem reunidas as condições para uma avaliação criteriosa dos gestores relativamente a esse exercício, não obstante no Relatório de Gestão e no Relatório de Governo Societário se apresentarem os resultados dos indicadores de referência, os objetivos estabelecidos e o respetivo grau de cumprimento da DOCAPESCA relativamente ao exercício de 2015.

18. Tal como referido acima foram fixados objetivos de gestão para 2015, tendo sido tomado como referência os indicadores apresentados à Tutela no âmbito da proposta de contrato de gestão, situação que conduz a um grau de cumprimento de 123,65%, tal como se pode verificar no quadro apresentado abaixo, o qual consta do Relatório de Gestão e do Relatório de Governo Societário.

	Obs.	Peso de cada obj.	Objetivos de gestão		Execução percentual	Execução percentual ponderada
			2015 Proposto	2015 Executado		
Indicadores financeiros		60,00%				94,58%
Volume de Negócios (€)	1)	15,00%	28.232.579	28.402.584	100,60%	15,09%
Peso dos CMVMC+FSE+GcP no Volume de Negócios	2)	15,00%	79%	75%	104,73%	15,71%
PMP	3)	10,00%	36	23	136,11%	13,61%
Resultado líquido (€)	4)	20,00%	722.370	1.811.920	250,83%	50,17%
Indicadores de atividade	5)	40,00%				29,08%
I - Requalificação		10,00%	100,00%	69,00%	69,00%	6,90%
II - Segurança e Qualidade		10,00%	100,00%	68,00%	68,00%	6,80%
III - Inovação, Modernização e Valorização		7,50%	100,00%	66,00%	66,00%	4,95%
IV - Internacionalização do Setor		5,00%	100,00%	93,00%	93,00%	4,65%
V - Investimento em Capital Humano		7,50%	100,00%	77,00%	77,00%	5,78%
Total		100,00%				123,65%

Gestão do risco financeiro

19. O recurso a instrumentos de gestão de risco não é relevante tendo em conta a natureza regulada das atividades e o montante e condições do financiamento (descoberto bancário) contratado com o Millennium BCP.

A 31 de dezembro de 2015 não existia endividamento bancário por parte da DOCAPESCA.

Prazo médio de pagamentos

20. O prazo médio de pagamentos determinado de acordo com o disposto na RCM nº 34/2008, com as atualizações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009 e pelo Decreto-Lei nº 36/2015, de 9 de março, é no final do quarto trimestre de 2015 de 23 dias (38 dias no final do trimestre homólogo de 2014).

Divulgação dos atrasos nos pagamentos

21. A DOCAPESCA não tem dívidas a fornecedores vencidas há mais de 90 dias.

Recomendações da Tutela na aprovação das contas de 2014

22. Os documentos de prestação de contas de 2014 foram aprovados na Assembleia Geral, realizada em 31 de março de 2015. O acionista Estado votou favoravelmente e efetuou as seguintes recomendações: i) assegurar o cumprimento do disposto no artigo 61º da LOE 2015, designadamente no que se refere à redução dos custos operacionais, dos gastos associados à frota automóvel, das deslocações e estadas e ajudas de custo; ii) endividar esforços de modo a suprimir as reservas emitidas pelo Fiscal Único relativamente à transmissão para a DOCAPESCA de todos os bens, direitos e obrigações anteriormente detidos pelo IPTM e à constituição de uma provisão para compromissos assumidos de 950.000 EUR.

23. A primeira recomendação foi cumprida se tomarmos em consideração apenas os gastos realizados na atividade da DOCAPESCA (lotas e serviços de vendagem). No que respeita à segunda recomendação ainda não foi possível resolvê-la, estando o Conselho de Administração a envidar todos os esforços para suprimir as reservas incluídas na Certificação Legal das Contas de 2014, que se mantêm em 2015.

Remunerações

24. Foram efetuadas as reduções remuneratórias com base na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, havendo lugar a uma reversão de 20% da redução.

25. O pagamento do subsídio de Natal foi efetuado através de duodécimos, de acordo com o artigo 35º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Contratação pública

26. A contratação segue as regras do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro e subsequentes alterações.

Sistema nacional de compras públicas

27. A DOCAPESCA aderiu à Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP/ANCP), em 9 de agosto de 2012. Em 2015 participou num procedimento agregado para aquisição de combustíveis em postos públicos de abastecimento de gasóleo a granel para consumo interno, promovido pelo ESPAP, conjuntamente com outras entidades públicas nomeadamente Câmaras Municipais e outras do Setor Empresarial do Estado.

Parque de Veículos

28. Em 31 de dezembro de 2015 a frota automóvel era de 50 viaturas, número que não verificou qualquer variação face ao ano anterior.

Plano de redução de custos

29. No agregado de consumos, os gastos com fornecimentos e serviços externos e com pessoal, se tomarmos em consideração apenas os gastos realizados na atividade da DOCAPESCA (lotas e serviços de vendagem), verificaram uma redução de 3,7% face a 2014, devido essencialmente ao referido nos parágrafos 15 e 16 acima.

30. No que respeita ao nº 3 do artigo 61º, da Lei nº 82-B/2014, que determina que os gastos com comunicações e despesas com deslocações, com ajudas de custo e alojamento devem manter-se ao nível dos verificados a 31 de dezembro de 2014, verifica-se, por um lado, uma ligeira redução de 0,4% face a 2014 e um acréscimo de 18,7% face a 2014, respetivamente. Este aumento é basicamente explicado pelo cumprimento do Eixo Estratégico IV – Internacionalização do Setor.

Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

31. O número total de efetivos e de cargos de direção foi de 487 em 2015 e de 488 em 2014.

Unidade da Tesouraria do Estado

32. Pelo Despacho nº 244/15-SET, de 24 de fevereiro, a Secretaria de Estado do Tesouro autorizou a renovação da dispensa de obrigatoriedade da aplicação do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado, na sequência do parecer do IGCP que reconheceu a especificidade da atividade da Empresa quanto à forma de utilização e à quantificação dos diversos serviços bancários.

Recomendações resultantes de auditorias do Tribunal de Contas

33. Segundo o mencionado no Relatório de Gestão, a Empresa não foi objeto de auditoria por parte do Tribunal de Contas.

Deveres especiais de informação

34. Os instrumentos previsionais de gestão, bem como os relatórios trimestrais de execução orçamental, são enviados às entidades de Tutela e inseridos no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira da DGTF. Conforme consta do Relatório de Gestão, toda a informação relevante de interesse público é divulgada no sítio da Empresa e enviada para os serviços responsáveis pela atualização do sítio do Setor Empresarial do Estado.

Conclusão e parecer

35. O Fiscal Único considera que o Relatório de Gestão satisfaz as divulgações requeridas pelas normas legais estatutárias e pelas orientações tutelares e que as demonstrações financeiras estão preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística, sem prejuízo das reservas por limitação de âmbito consideradas na Certificação Legal das Contas.

36. De salientar, contudo, que por cessação de funções do Presidente do Conselho de Administração, Dr. José Apolinário Nunes Portada, em 21 de outubro de 2015, o Relatório de Gestão, o Relatório do Governo Societário e as Demonstrações financeiras são assinadas pelos dois vogais em exercício.

37. Assim, o Fiscal Único dá parecer favorável (i) à aprovação dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2015 e (ii) à proposta de aplicação do resultado líquido do exercício.

Lisboa, 15 de março de 2016

O Fiscal Único

RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.
representada por Dr. Paulo Fernando da Silva Pereira, ROC